

1 **ATA Nº 188/2018.** Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às
2 quatorze horas, na sala de reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sita a
3 Avenida Nereu Ramos, edifício CPC, sala 705B, reuniram-se os seguintes
4 Conselheiros Municipais de Assistência Social para reunião ordinária: Kátia Regina
5 Carlesso, Marlene Del Moral, Lidiane de Cól, Neusa Fátima Zuffo, Silvia Rosana
6 Cunha, Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski, Fernanda Bottin, Marijane Dal Pra
7 Agne, Elisiani Schmidt Sanches, Marilei Cebulski Rodrigues, Michele Silva,
8 Domingos Carolo, Suzana Cavalheiro da Silva, Maria Inês dos Anjos e Franciane
9 Sassi Krol. Além dos conselheiros participaram também Marcos Felipe Marcon e
10 Juliane Valentini da Secretaria Executiva. A Presidente Interina, Senhora Neusa
11 Fatima Zuffo saudou e agradeceu a presença de todos, fez a leitura da pauta, que
12 ficou assim estabelecida: 1. Leitura e aprovação da Pauta, a qual foram propostas
13 duas inclusões por Juliane da secretaria executiva, aprovada pelos presentes. 2.
14 Leitura e aprovação da Ata número cento e oitenta e sete, que foi aprovada e
15 assinada pelos presentes naquela reunião. 3. Justificaram ausência as conselheiras:
16 Aline Fátima do Nascimento Magno, Solange Parizotto, Rafael Geller e Silvana de
17 Lima, sendo aprovadas pela plenária. 4. **Eleição da Diretoria.** Inicialmente Neusa
18 Fátima Zuffo esclareceu que está prevista alternância entre a representação
19 governamental e da sociedade civil para a diretoria do CMAS, sendo que para esta
20 gestão o cargo de Presidente deverá ser de representante da sociedade civil, desta
21 forma, consultou os conselheiros interessados em candidatarem-se à presidência.
22 Nesse sentido, foi questionado pela plenária, se a candidatura à presidência é
23 permitida apenas aos conselheiros titulares, ou se é permitida também aos
24 suplentes. Diante disso, Juliane, explicou que por força do regimento interno do
25 conselho, apenas os conselheiros titulares podem concorrer aos cargos da diretoria.
26 Isto posto, os presentes indicaram Marilei Cebulski Rodrigues, que representa os
27 trabalhadores da área para Presidente, a qual acatou a indicação. Marlene Del Moral
28 colocou o nome à disposição para Vice-presidente, sendo ambas eleitas por
29 unanimidade para os respectivos cargos. Como primeira secretária, a conselheira
30 Elisiani Schmidt Sanches, se colocou a disposição, sendo eleita, apesar de ser
31 suplente, porém, nenhum outro conselheiro se candidatou a vaga. A conselheira
32 Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski foi eleita como segunda secretária. Por fim,
33 a Presidente Interina Neusa Fatima Zuffo declarou empossada a nova diretoria do
34 CMAS para o mandato de um ano, a partir da data desta reunião, que ficou assim
35 composta: Presidente - Marilei Cebulski Rodrigues, Vice-presidente - Marlene Del
36 Moral, primeira secretária - Elisiani Schmidt Sanches e segunda secretária -
37 Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski. 5. **Comissões.** Primeiramente a
38 conselheira Kátia Regina Carlesso informou que a comissão de normas, reuniu-se
39 no dia dezesseis de julho, estando presentes os conselheiros: Elisiani Schmidt,
40 Rafael Geller, Fransinês Terezinha Swib Vaz, Kátia Regina Carlesso e Carline
41 Bueno, assim como Juliane Valentini da secretaria executiva. Nesse sentido, Kátia
42 comunicou que foi eleita como coordenadora da comissão, assim como, que foi
43 estabelecido o calendário de reuniões desta comissão, sendo após as reuniões
44 ordinárias do CMAS, até às dezoito horas. Posteriormente, informou que foi
45 analisado o pedido de inscrição no CMAS da entidade Ação Social Diocesana -
46 ASDI, através de Serviço de Acolhimento em República para Jovens egressos do
47 Serviço de Acolhimento. Nesse aspecto, informou-se do recebimento de retorno da
48 Secretaria de Assistência Social de Chapecó - SEASC, no qual foi declarada
49 inviabilidade para a implantação do serviço nos moldes apresentados pela entidade.
50 A SEASC justificou sua posição, a partir do custo operacional mensal de vinte e sete
51 mil e setecentos reais, que foi apresentado pela entidade, considerado
52 demasiadamente alto para manter dez vagas. Além disso, o fato da entidade se
53 propor a atender apenas o público feminino, acarretaria de que os jovens do sexo

Caroline Bueno

54 masculino necessitariam de atendimento do Município, desta forma, a SEASC
55 entendeu não haver demanda que justifique a implantação do serviço pela entidade,
56 sendo mais viável manter o atendimento através de famílias acolhedoras. Além
57 disso, para este ano está previsto o atendimento de apenas três adolescentes que
58 completariam a maioridade e duas em dois mil e dezenove. Nesse sentido, Juliane
59 recordou de que a ASDI atravessou um processo de readequação desde que deixou
60 de executar o serviço de acolhimento em Casa de Passagem, que a mesma ficou
61 sem atividades por um período, o que fez com que o conselho estabelecesse prazo
62 para entidade se adequar, através de outro serviço. Ressaltou ainda que nesse
63 período foram realizadas algumas reuniões, das quais participaram representantes
64 da entidade juntamente com conselheiros e representantes da SEASC, de onde
65 surgiu a proposta da república para jovens. Nesse aspecto, a plenária se manifestou
66 que a partir dos números apresentados, realmente não há demanda que justifique a
67 implementação do serviço, o que o torna inviável, além de que, o atendimento já é
68 realizado pelo governo com custo menor. Destacou-se ainda que quando o
69 conselho, juntamente com a SEASC, sugeriram este serviço à entidade, não havia
70 sido feito levantamento da demanda e custo. Além disso, na perspectiva da gestão
71 municipal é melhor manter o jovem na família acolhedora em virtude do menor custo
72 e do fortalecimento dos vínculos. Em seguida, Kátia relatou que a comissão de
73 normas também discutiu acerca do fluxo de referência/contra-referência entre os
74 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os Serviços
75 Socioassistenciais executados pelas entidades. Nesse sentido, expôs que a
76 comissão identificou a necessidade de investimento em formação para os
77 profissionais da rede socioassistencial do município de Chapecó, no intuito de
78 fornecer subsídios para que se viabilize aprimorar este fluxo. Acerca disso, Marilei
79 falou do reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos
80 de crianças e adolescentes e famílias no PAIF. A seguir a Conselheira Elisiane
81 expôs que os serviços têm como premissa acolher a todos que os procuram,
82 consideradas as limitações físicas, entretanto, concordou que existe a necessidade
83 de melhorar o fluxo de referência/contra-referência, acerca disso, sugeriu a
84 realização de estudos de casos em conjunto entre CRAS e SCFV, por considerar
85 importante o estreitamento dos laços entre estes espaços. A conselheira Marlene
86 Del Moral considera que o correto seria que toda a criança atendida no SCFV tenha
87 a família acompanhada pelo CRAS. Posteriormente, Elisiani comentou que por
88 vezes pode ocorrer a situação de competição entre os diferentes serviços pelo
89 mesmo público, relatando que no seu território, a partir da atuação do PROPAZ, o
90 trabalho ficou excelente. Por fim, Kátia propôs que o conselho articule capacitação
91 aos profissionais da rede socioassistencial. Ainda foi informado pela comissão que
92 representantes da APAE e do CMAS da gestão anterior estiveram reunidos para
93 tratar da readequação da inscrição da APAE no CMAS, sendo considerado pelos
94 presentes na oportunidade que os serviços realizados são de média complexidade,
95 e não da proteção social básica como estão inscritos. Franciane contextualizou o
96 histórico de discussões do reenquadramento da APAE. Diante disso, foi salientado,
97 que possivelmente o CAPP também possa se enquadrar, desta forma, foi sugerido
98 que a comissão de normas convide o CAPP para discutir o assunto. No que tange à
99 referência e contra-referência, foi lembrado pela plenária, que na média
100 complexidade o serviço deverá referenciar sua atuação ao Centro de Referência
101 Especializado de Assistência Social - CREAS. Logo após, Juliane reforçou a
102 composição das comissões de trabalho e consultou se mais algum conselheiro
103 gostaria de ingressar em alguma comissão. Sendo assim, a conselheira Maria foi
104 inserida na comissão de financiamento. Em seguida, foi discutido sobre a pendência
105 da regulamentação dos benefícios eventuais no município, como pensar a
106 concessão da cesta de alimentos, de forma que a família possa adquirir diretamente

Daniela Lora

107 os alimentos que necessite, seguindo exemplos de outros municípios. No que se
108 refere a este assunto, foi ressaltado que o conselho precisa publicar resolução que
109 regulamente os benefícios eventuais, entretanto, é necessário que a lei municipal do
110 SUAS esteja publicada antes disso. Diante disso, foi deliberado pelo
111 encaminhamento de ofício à SEASC, solicitando agilização da publicação desta Lei,
112 assim como, pedindo retorno com informações de como está o encaminhamento
113 desta questão. Posteriormente, Juliane informou que a comissão de financiamento
114 não pôde reunir-se no mês de julho, pois alguns conselheiros não puderam se fazer
115 presentes, sendo reagendada nova data com a conselheira Ivana para apresentação
116 da prestação de contas. Em seguida, Elisiani sugeriu que o conselho realize
117 reuniões descentralizadas para propiciar maior aproximação do conselho com as
118 entidades e serviços. A plenária se manifestou favorável a esta sugestão, sendo
119 recordado que o regimento interno prevê a realização de reuniões descentralizadas.
120 Sendo assim, foi proposto que a comissão de divulgação e eventos fique
121 responsável por planejar e organizar estas reuniões. **6. Denúncias.** Juliane informou
122 que foram enviadas a este conselho algumas denúncias anônimas. Esclareceu que
123 a primeira denúncia trata-se de situação envolvendo a senhora Marilzete de Fatima
124 Bertocchi Zandavalli, a qual é nomeada como Gerente de Média Complexidade da
125 SEASC, recebendo proventos compatíveis com a função, no entanto, atuando como
126 coordenadora da Praça CEU, localizada no Bairro Efapi, atividade que não tem
127 relação com as atribuições previstas na legislação para o seu cargo. A segunda
128 denúncia diz respeito ao senhor Gelomar Paulino Sehn, o qual é lotado como
129 Gerente de Gestão do SUAS na SEASC, recebendo remuneração compatível com a
130 função, entretanto atuando na Secretaria de Serviços Urbanos, desempenhando
131 atividades incompatíveis àquelas previstas na legislação para o seu cargo. A terceira
132 denúncia refere-se à servidora Cleria Ferreira Prestes, a qual está desempenhando
133 a função de Assistente Social da Casa de Passagem, conforme pode ser constatado
134 através do Índice de Desenvolvimento Social – IDS, onde consta atendimento da
135 referida servidora como “Assistente Social”, sendo que a mesma é concursada como
136 Auxiliar de Serviços Internos. Finalmente, a quarta denúncia recebida trata-se de
137 que o Centro de Convivência do Idoso – CCI atualmente não conta com psicólogo
138 na composição da sua equipe técnica de trabalho, não respeitando o que orienta a
139 NOB-RH/SUAS de dois mil e onze, a qual estabelece que a equipe de referência
140 para atendimento direto em Instituições de Longa permanência para Idosos – ILPI's,
141 deve dispor obrigatoriamente de um Psicólogo. Diante do exposto, a plenária
142 deliberou pelo encaminhamento das denúncias através de ofício à SEASC, pedindo
143 esclarecimentos e adequação de conduta conforme prevê a legislação vigente. Foi
144 estabelecido ainda, que seja apresentado retorno destas questões no prazo de dez
145 dias. Posteriormente, a conselheira Kátia questionou acerca do poder do conselho
146 no sentido de cobrar resolutividade das questões levantadas nas denúncias, nesse
147 aspecto, Juliane esclareceu que caso o conselho considere que não obteve o
148 retorno necessário poderá procurar outras instâncias, como o Ministério Público,
149 visto que o CMAS é órgão fiscalizador. **7. Apresentação da Lei e Regimento
150 Interno. 8. Planejamento.** Em virtude do adiantado da hora, a plenária deliberou por
151 estudar a legislação e o Regimento Interno em casa para discutir os principais
152 pontos na próxima reunião. **9 informes Gerais. 10. Correspondências recebidas.**
153 Ofício da Senhora Ulda Baldissera, Secretária Municipal de Assistência Social,
154 prestando informações referentes à implantação de Serviço de Acolhimento em
155 República para Jovens, em resposta ao ofício 017/2018 – CMAS. Nada mais
156 havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo que eu, Marcos Felipe
157 Marcon, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos
158 presentes.

Domínguez

Alcides *Juliane* *Elisiani* *Marcon* *Ulda* *Marcelo* *Roberto*



Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS

REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 18/07/2018 - Horário: 14h00min Local: Edifício CPC – sala 707B

NOME	T/S	SEGMENTO QUE REPRESENTA	ASSINATURA
Ivana Teresinha Alberguini	T	Gestão e Financiamento/SEASC	
Kátia Regina Carlesso	S	Gestão e Financiamento/SEASC	<i>Kátia R. Carlesso</i>
Marlene Del Moral	T	Proteção Social Básica/SEASC	<i>Marlene Del Moral</i>
Lidiane de Cól	S	Proteção Social Básica/SEASC	<i>Lidiane De Cól</i>
Paula Nichele Mastrogiacomo Hubner	T	Proteção Social Especial/SEASC	
Silvia Rosana Cunha	S	Proteção Social Especial/SEASC	<i>Silvia Cunha</i>
Fransines Terezinha Swib Vaz Grokoski	T	Secretaria Municipal de Saúde – SESAU	<i>Fransines</i>
Nalu Aparecida Oro Paludo	S	Secretaria Municipal de Saúde - SESAU	
Aline Fátima do Nascimento Magno	T	Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano/ Diretoria de Habitação	
Fernanda Bottin	S	Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano/ Diretoria de Habitação	<i>Fernanda Bottin</i>
Carline Ferreira Bueno	T	Secretaria Municipal de Educação SEDUC	
Marijane Dal Pra Agne	S	Secretaria Municipal de Educação SEDUC	<i>Marijane</i>
Silvana de Lima	T	Usuário da Assistência Social CRAS CEU	
Suzana Cavalheiro da Silva	S	Usuário da Assistência Social CRAS - Efapi	<i>Suzana</i>
Josecléia de Fátima Otto	T	Usuário da Assistência Social CRAS Seminário	
Domingos Carolo	S	Usuário da Assistência Social CRAS Líder	<i>Domingos Carolo</i>
Rafael Geller	T	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/ APAE.	
Solange Parizotto	S	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/ CAPP.	
Neusa Fátima Zuffo	T	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/ FCD.	<i>Neusa</i>
Elisiani Schmidt Sanches	S	Entidades, Organizações, Serviços, Programas – Programa Viver Ações Sociais.	<i>Elisiani</i>
Marilei Cebuski Rodrigues	T	Entidades de Trabalhadores do Setor/	<i>Marilei Cebuski Rodrigues</i>

